

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Valores Expressos em R\$(1)

ATIVO

	NOTA	2022	2021
CIRCULANTE		<u>204.929.154</u>	<u>203.116.845</u>
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>20.988.760</u>	<u>15.742.810</u>
Caixa e bancos		590.146	2.433.036
Aplicações de liquidez imediata		20.398.614	13.309.774
<u>DIREITOS REALIZÁVEIS</u>		<u>183.940.395</u>	<u>187.374.035</u>
Contas a receber de Usuários	3.e	180.531.870	183.645.720
Estoques	3.f	1.371.619	1.723.528
Outras créditos		2.036.905	2.004.787
NÃO-CIRCULANTE		<u>2.032.822.552</u>	<u>1.893.524.548</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>12.167.689</u>	<u>10.324.840</u>
Depósitos judiciais		7.194.050	6.739.431
Tributos a recuperar		4.973.639	3.585.409
<u>IMOBILIZADO</u>	3.g	<u>2.020.654.863</u>	<u>1.883.199.708</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.237.751.706</u>	<u>2.096.641.393</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor-Presidente

José Gabriel Almeida de Campos
Dir. De Meio Ambiente e Expansão

Fabiola Julisse Mendes Medeiros
Dir. Comercial Financeiro

Ricardo Pereira Simões dos Reis
Diretor de Gestão Corporativa

Carlos Anderson Silveira Pedreira
Diretor de Operações

Thiago Figueiredo de Almeida Lima
Contador - CRC/SE 7175-O

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Valores Expressos em R\$(1)

P A S S I V O

	<u>NOTA</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
CIRCULANTE		<u>115.720.102</u>	<u>135.897.732</u>
Fornecedores		44.907.316	46.144.471
Impostos, taxas e contribuições diversas	4	11.756.232	9.495.901
Empréstimos e financiamentos	5	15.027.953	33.319.757
Parcelamentos	6	5.867.201	5.357.884
Salários e ordenados a pagar		1.266.679	1.536.491
Encargos Sociais a pagar		6.176.998	6.222.874
Provisões s/ remuneração e encargos		16.320.302	20.997.160
Consignações a recolher		-	-
Cauções e Retenções contratuais		986.790	2.328.478
Outras contas a pagar	7	13.410.631	10.494.716
NÃO-CIRCULANTE		<u>256.805.228</u>	<u>204.960.642</u>
Empréstimos e financiamentos	5	61.827.354	7.106.197
Parcelamentos	6	23.550.556	26.906.103
Provisão Para Contingências	8	29.537.518	29.058.541
Recursos Vinculados a Convênios	9	141.889.800	141.889.800
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.865.226.376</u>	<u>1.755.783.019</u>
Capital realizado	11	<u>1.302.000.000</u>	<u>1.302.000.000</u>
Subscrito		1.302.000.000	1.302.000.000
Reservas de Capital		20.112.383	20.112.383
Reservas de Lucros		331.430	331.430
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10	662.078.864	597.538.513
Prejuízos Acumulados		(119.296.300)	(164.199.306)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.237.751.706</u>	<u>2.096.641.393</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor-Presidente

José Gabriel Almeida de Campos
Dir. De Meio Ambiente e Expansão

Fabiola Julisse Mendes Medeiros
Dir. Comercial Financeiro

Ricardo Pereira Simões dos Reis
Diretor de Gestão Corporativa

Carlos Anderson Silveira Pedreira
Diretor de Operações

Thiago Figueiredo de Almeida Lima
Contador - CRC/SE 7175-O

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Valores Expressos em R\$(1)

	<u>NOTA</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita Operacional Líquida	13	727.364.668	655.265.207
Custo dos Serviços	14	(513.951.698)	(451.294.192)
Lucro Bruto		213.412.970	203.971.015
Despesas Operacionais	15	(158.876.704)	(145.708.332)
Comerciais		(69.766.273)	(67.936.860)
Administrativas		(85.165.380)	(88.725.399)
Fiscais e tributárias		(5.555.725)	(5.093.347)
Outras Despesas (receitas operacionais)		1.610.674	16.047.274
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos		54.536.265	58.262.683
Receitas (Despesas) Financeiras		(4.790.057)	(5.354.816)
Receitas Financeiras		2.229.867	602.538
Juros e encargos financeiros		(7.019.924)	(5.937.615)
Variações Monetárias		-	(19.739)
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições		49.746.208	52.907.867
Contribuição Social	4	(4.843.203)	(12.569.500)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		44.903.005	40.338.367
Lucro (Prejuízo) por Ação do capital social (por lote de 1.000 ações)		0,00299353	0,00268922
Quantidade de Ações		15.000.000.000	15.000.000.000

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras

Carlos Fernandes de Melo Neto Diretor-Presidente	José Gabriel Almeida de Campos Dir. De Meio Ambiente e Expansão	Fabiola Julisse Mendes Medeiros Dir. Comercial Financeiro
Ricardo Pereira Simões dos Reis Diretor de Gestão Corporativa	Carlos Anderson Silveira Pedreira Diretor de Operações	Thiago Figueiredo de Almeida Lima Contador - CRC/SE 7175-O

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores Expressos em R\$(1)

(PERÍODO DE 01/01/2021 A 31/12/2022)

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
SALDOS EM 01.01.21	1.302.000.000	20.112.383	331.430	(204.537.672)	520.747.256	1.638.653.396
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					76.791.256	76.791.256
RESULTADO DO EXERCÍCIO				40.338.367		40.338.367
RESERVA LEGAL						-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-				-	-
SALDO EM 31.12.2021	1.302.000.000	20.112.383	331.430	(164.199.306)	597.538.513	1.755.783.019
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					64.540.352	64.540.352
RESULTADO DO EXERCÍCIO				44.903.005		44.903.005
RESERVA LEGAL						-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL						-
SALDO EM 31.12.2022	1.302.000.000	20.112.383	331.430	(119.296.300)	662.078.864	1.865.226.376

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor-Presidente

José Gabriel Almeida de Campos
Dir. De Meio Ambiente e Expansão

Fabiola Julisse Mendes Medeiros
Dir. Comercial Financeiro

Ricardo Pereira Simões dos Reis
Diretor de Gestão Corporativa

Carlos Anderson Silveira Pedreira
Diretor de Operações

Thiago Figueiredo de Almeida Lima
Contador - CRC/SE 7175-O

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO

DFC – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Valores Expressos em R\$(1)

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Período	44.903.005	40.338.367
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:	<u>60.847.273</u>	<u>37.902.883</u>
Depreciação e amortização	46.369.835	44.535.179
Provisão p/perdas na realização de créditos	7.795.439	(12.400.563)
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	-	54.625
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	6.681.999	5.693.903
Variação monetária sobre financiamentos	-	19.739
Ajustes de Exercício Anterior	-	-
Lucro Líquido Ajustado:	105.750.279	78.241.249
Variação das contas do ativo e passivo circulantes:	<u>(8.120.815)</u>	<u>14.926.780</u>
Clientes	(4.681.589)	(19.130.599)
Estoques	351.909	(409.961)
Outros créditos	(32.118)	(1.564.022)
Outras contas ativas de longo prazo	(1.842.849)	4.697.004
Fornecedores	(1.237.155)	7.659.742
Retenções contratuais	(1.341.688)	(38.700)
Contas a pagar	2.915.915	10.377.432
Outros débitos	478.976	11.270.934
Impostos, taxas e contribuições diversas	2.260.331	(161.889)
Consignações a recolher	48.357	73.276
Provisão p\ Férias e Gratificação	(4.676.858)	1.018.951
Salários e Encargos a pagar	(364.046)	1.134.613
Recursos Vinculados a Convênios	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	97.629.464	93.168.030
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(183.824.990)	(135.888.094)
Aquisição / alienação de bens do ativo imobilizado	(183.824.990)	(135.888.094)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	91.441.475	38.210.946
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	64.540.352	76.791.256
Parcelamento de Dívidas Tributárias	-	-
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	(5.375.672)	(5.058.996)
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	67.253.188	
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	(34.976.392)	(33.521.315)
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	5.245.949	(4.509.119)
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	15.742.810	20.251.929
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	20.988.760	15.742.810

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Carlos Fernandes de Melo Neto Diretor-Presidente	José Gabriel Almeida de Campos Dir. De Meio Ambiente e Expansão	Fabiola Julisse Mendes Medeiros Dir. Comercial Financeiro
Ricardo Pereira Simões dos Reis Diretor de Gestão Corporativa	Carlos Anderson Silveira Pedreira Diretor de Operações	Thiago Figueiredo de Almeida Lima Contador - CRC/SE 7175-O

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

A Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO não está obrigada a elaborar o Demonstrativo do Valor Adicionado, conforme estabelecido no artigo 176 da Lei 11.638 de 28 de Dezembro de 2007, por se tratar de Empresa com Capital Fechado.

Aracaju/SE, 31 de Dezembro de 2022.

Carlos Fernandes de Melo Neto Diretor-Presidente	José Gabriel Almeida de Campos Dir. De Meio Ambiente e Expansão	Fabiola Julisse Mendes Medeiros Dir. Comercial Financeiro
Ricardo Pereira Simões dos Reis Diretor de Gestão Corporativa	Carlos Anderson Silveira Pedreira Diretor de Operações	Thiago Figueiredo de Almeida Lima Contador - CRC/SE 7175-O

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores Expressos em R\$(1)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju/SE, criada pelo Decreto-Lei Estadual nº 109 de 25 de Agosto de 1969, com alterações do Decreto-Lei nº 268 de 16 de Janeiro de 1970 e tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe. A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- Realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e de esgotos sanitários;
- Elaborar propostas de reajustes e revisões tarifárias, bem como arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;
- Estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de distribuição de água e coleta de esgotos sanitários;
- Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445 de 5 de Janeiro de 2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou, junto à Assembleia Legislativa, a Lei Complementar nº. 176 de 18 de Dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários, criando-se ainda a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE e a Política Estadual de Saneamento (Lei nº 6.977 de 03 de Novembro de 2010).

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 74 municípios em que a DESO opera, 71 (sessenta e um) contratos estão vigentes e 3 (três) contratos estão em processo de renovação. Em 31 de dezembro de 2022, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no Ativo Imobilizado e, não houve, até esta data, modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/Dez./22 e 31/Dez./21 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941./09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração dos Resultados

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência. A Companhia registra como prática contábil o reconhecimento da receita a faturar, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

e) Contas a Receber de Usuários

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do Estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Particulares	369.864.193	376.371.891
Público	100.315.483	92.825.673
Contas a Faturar	46.880.181	43.180.704
(-) Perdas Prováveis c\ Clientes	(336.527.987)	(328.732.548)
Contas a Receber, líquido	180.531.870	183.645.720

No final do exercício, a rubrica de Perdas Prováveis c\ Clientes apresentou o saldo acumulado de R\$ 336.527.987 (R\$ 328.732.548 em 2021).

A movimentação das Perdas Prováveis c\ clientes foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Saldo no Início do Exercício	(328.732.548)	(341.133.110)
Perdas na realização de créditos	(47.996.172)	(50.059.883)
Recuperação de perdas de créditos	40.200.733	62.460.446
Perdas / Recuperação líquidas no exercício	(7.795.439)	12.400.563
Baixas, Líquidas das Recuperações	-	-
Saldo no Final do Exercício	(336.527.987)	(328.732.548)

Durante o exercício, foi contabilizado como perdas na realização de créditos o montante de R\$ 47.996.172 (R\$ 50.059.883 em 2021) e registrado como recuperação de créditos R\$ 40.200.733 (R\$ 62.460.446 em 2021). Dessa forma, o impacto das perdas de crédito no resultado do exercício foi de R\$ 7.795.439.

A Composição das Perdas / Recuperação líquidas no exercício foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Residencial	(13.109.028)	(12.345.483)
Comercial	15.634	(1.154.051)
Industrial	(419.292)	(71.852)
Público	5.717.247	25.971.949
Perdas / Recuperação líquidas no exercício	(7.795.439)	12.400.563

As categorias Comercial e Público apresentaram perdas / recuperação líquida positiva em razão da continuidade do trabalho realizado pela Companhia na recuperação dos créditos.

f) Estoques

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superaram o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Almoxarifado Central	1.371.619	1.723.528
TOTAL	1.371.619	1.723.528

g) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infraestrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./2022

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.256.050.831	577.373.203	678.677.628
Sistema de Esgoto	485.459.539	111.774.421	373.685.118
Bens de Uso Geral	44.321.705	34.083.969	10.237.736
Subtotal em Operação	1.785.832.075	723.231.593	1.062.600.482
Obras em Andamento	958.054.381	-	958.054.381
TOTAL GERAL	2.743.886.456	723.231.593	2.020.654.863

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./2021

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.241.751.572	543.316.207	698.435.365
Sistema de Esgoto	433.852.831	102.266.838	331.585.994
Bens de Uso Geral	42.987.623	31.278.713	11.708.910
Subtotal em Operação	1.718.592.027	676.861.758	1.041.730.269
Obras em Andamento	841.469.439	-	841.469.439
TOTAL GERAL	2.560.061.466	676.861.758	1.883.199.708

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

h) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

i) Provisão para Contingências

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/dez./22. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

j) Demais Passivos Circulantes e Não-Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

NOTA 4. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes impostos, taxas e contribuições diversas:

DESCRIÇÃO	2022	2021
PIS / PASEP	539.670	525.078
COFINS	2.595.783	2.437.456
IRPJ	-	691.364
CSLL	1.600.021	406.507
Tributos retidos na fonte	7.020.758	5.435.496
TOTAL	11.756.232	9.495.901

No final do exercício 2022, transitou em julgado a Ação Cível Originária – ACO 3410, ajuizada pela Companhia, em que o STF reconheceu o direito a Imunidade Tributária Recíproca quanto aos impostos federais incidentes sobre o patrimônio, renda ou serviços, em especial o Imposto de Renda - IR e o Imposto sobre as Operações Financeiras - IOF.

NOTA 5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIM. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZ. MONET.
BC SOFISA – LIMITE ESPECIAL	803	0	803	-	-	-
BC SOFISA SA CT 4961	8.705.395	0	8.705.395	MAI/2023	5,54	CDI
BC BRASIL CT 400000079	37.935	2.342	40.277	JAN/2024	3,50	-
BC BRASIL CT 400000095	169.066	153.738	322.804	JAN/2025	6,00	-
BC NORDESTE CT 5202116688760	6.114.754	61.671.274	67.786.028	NOV/2039	1,82 / 2,22	IPCA
TOTAIS	15.027.953	61.827.354	76.855.307	-	-	-

Em Novembro de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste em um montante de R\$ 270 milhões. Destes, R\$ 216.000.000,00 corresponde ao valor financiado a ser desembolsado parceladamente e R\$ 54.050.000,00 serão de contrapartida da Companhia. Do valor total financiado, foi liberado neste exercício o montante de 67 milhões para ser aplicado na realização de obras de Saneamento Básico em Sergipe.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 1,82% a 6% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para Janeiro de 2025.

NOTA 6. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
SIMPLIFICADO - PIS/PASEP	26.722	11.219	37.941	JUN/2024
SIMPLIFICADO - INSS	413.060	432.864	845.924	FEV/2025
SIMPLIFICADO - PIS/PASEP E COFINS	926.093	1.261.329	2.187.422	JUN/2025
REFIS LEI 12.996 - COD. 4743	359.077	639.010	998.087	NOV/2025
REFIS LEI 12.996 - COD. 4720	298.284	1.004.303	1.302.587	JUL/2027
REFIS LEI 12.996 - COD. 4737	478.379	2.373.567	2.851.946	MAR/2029
PERT LEI 13.496 - COFINS	1.120.545	5.862.121	6.982.666	JUL/2029
REFIS LEI 12.996 - COD. 4750	1.277.967	7.219.376	8.497.343	NOV/2029
PERT LEI 13.496 - INSS	967.074	4.746.767	5.713.841	JAN/2030
TOTAIS	5.867.201	23.550.556	29.417.757	

Em 2020, foram realizados dois parcelamentos simplificados para regularização de débito previdenciário (INSS) e tributário (PIS/PASEP e COFINS), ambos parcelados em 60 meses.

Em 2017, aderimos ao REFIS DO PERT instituído pela Lei nº 13.496 de 24/10/2017, o qual optamos por parcelar em 145 meses os débitos com INSS/COFINS, consolidado em 2018.

Em 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal estabelecido através da Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de dezembro de 2013, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela SELIC e e juros de 1% ao mês.

NOTA 7. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Fundo Municipal de Saneamento	13.322.307	10.372.725
Outras Contas a Pagar	88.324	121.991
TOTAL	13.410.631	10.494.716

Conforme cláusula do contrato de programa firmado com a Prefeitura Municipal de Aracaju, a Companhia assumiu compromisso financeiro de realizar repasses para o Fundo Municipal de Saneamento de Aracaju, criado por Lei, cujos recursos deverão ser aplicados pelo Município em projetos e ações vinculadas ao Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Foi constituído provisão para o Fundo Municipal de Saneamento dos valores ainda não repassados pela Companhia.

NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR BASE 31/12/22	PROVISÃO 31/12/22	PROVISÃO 31/12/21
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	13.269.445	13.269.445	12.867.137
Possível	16.799.608	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	7.573.574	7.573.574	7.496.906
Possível	22.194.138	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS			
Provável	8.694.499	8.694.499	8.694.498
Possível	-	-	-
TOTAIS	68.531.263	29.537.518	29.058.541

A Companhia é parte de diversos processos de origem trabalhistas, cíveis e tributários, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas, cíveis e tributárias.

As ações de natureza trabalhista envolvem reclamações movidas, principalmente, por empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando rescisões contratuais, horas extras, entre outras demandas, assim como, ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia referente a direitos de acordo coletivo de trabalho. As ações de natureza cíveis relacionam-se com pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As ações de natureza tributária referem-se a autos de infração relacionados a contribuições sociais questionando diferenças do adicional de risco trabalhista.

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	2022	2021
Prefeitura de Aracaju	17.211.481	17.211.481
Secretaria do Desenv. Urbano e Sustent. – SEDURBS	122.250.422	122.250.422
Secretaria do Planejamento – SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária – INCRA	228.789	228.789
TOTAL	141.889.800	141.889.800

NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 64.540.351, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade - SEDURBS, em nome do Governo do Estado de Sergipe, mediante convênios cujos recursos foram aplicados em diversas obras de água e esgotamento sanitário.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 20.000.000.000 de ações. Em 31/Dez./22 o capital social integralizado era de R\$ 1.302.000.000, composto por 15.000.000.000 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 12.000.000.000 de ações ordinárias e 3.000.000.000 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado – SE	11.999.999.537	2.974.890.723	14.974.890.260	1.299.820.475
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCS	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
TOTAIS	12.000.000.000	3.000.000.000	15.000.000.000	1.302.000.000

Será encaminhado para aprovação da Assembleia Geral, proposta para transferência do resultado do exercício para a conta de Prejuízos Acumulados a fim de recompor o patrimônio líquido. O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2022/2021.

NOTA 12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano Assistencial

A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul./91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago./91.

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para suplementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) joias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias. No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

b) Auxílio-Desemprego

O auxílio-desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio-desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio-desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio-desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo “índice etário” da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previstos, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2022 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 1.086.461,42. Na data de 31/dez./22 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 349 associados.

c) Previdência Complementar

Para atendimento de cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia contratou Plano de Previdência Complementar que será administrado pela MONGERAL AEGON Fundo de Pensão.

O plano oferece os Benefícios de: - Aposentadoria, com as seguintes condições: I - contar no mínimo 55 (cinquenta) anos de idade; II - 60 (sessenta) contribuições ao Plano; e III - cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador; - Benefício por Invalidez; - Benefício por Morte de Participante ou de Assistido

O Plano será custeado por meio de contribuições básicas mensais dos participantes que varia de 0,50% a 4,00% do salário de participação e contribuições facultativas adicionais e/ou voluntárias. O patrocinador contribuirá para o Plano com valor equivalente a 100% da contribuição básica do Participante.

d) Indenização por tempo de serviço

Conforme cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia pagará como incentivo ao pedido de rescisão contratual, aos empregados que tenham, no mínimo, 10 (dez) anos de efetivo serviço na empresa, uma indenização por tempo de serviço constituída de parcelas equivalentes a: salário-base e incorporações (proporcional ao tempo de serviço); percentual do saldo do FGTS; aviso prévio equivalente a um mês de remuneração; incentivo pecuniário em parcela única e plano de saúde por tempo limitado.

NOTA 13. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Água	588.161.179	518.354.350
Receitas de Esgoto	137.720.222	115.997.184
Receitas de Outros serviços	69.667.284	80.460.408
Receitas a Faturar	3.699.476	5.407.525
Total das Receitas Operacionais	799.248.161	720.219.467
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(59.135.527)	(53.415.470)
PIS/PASEP	(12.747.966)	(11.538.790)
Total das deduções	(71.883.493)	(64.954.260)
Total da Receita Operacional Líquida	727.364.668	655.265.207

A composição das receitas operacionais, por categoria, é a seguinte:

RECEITAS OPERACIONAIS	2022	2021
Residencial	542.710.311	498.489.859
Comercial	75.056.491	67.178.263
Industrial	35.748.851	24.152.584
Órgãos Públicos	72.365.748	44.530.828
Receitas de Outros serviços	69.667.284	80.460.408
Receitas a Faturar	3.699.476	5.407.525
Total das Receitas Operacionais	799.248.161	720.219.467

NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

CUSTOS DOS SERVIÇOS	2022	2021
Pessoal	(199.581.086)	(178.391.096)
Energia Elétrica	(109.743.227)	(107.229.089)
Material de Tratamento	(40.126.670)	(20.844.550)
Outros Materiais	(19.329.977)	(15.262.569)
Serviços de Terceiros	(134.732.635)	(117.178.239)
Depreciação	(42.400.681)	(39.516.104)
Outros Custos	(2.225.417)	(2.077.358)
Créditos Pis/Pasep e Cofins	34.187.995	29.204.813
Total dos Custos dos Serviços	(513.951.698)	(451.294.192)

NOTA 15 – DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

COMERCIAIS	2022	2021
Pessoal	(38.281.858)	(33.141.985)
Material	(194.548)	(175.050)
Serviços e Terceiros	(20.285.579)	(19.907.296)
Perdas na realização de Créditos	(7.795.439)	-
Fundo Municipal de Meio Ambiente	(2.949.582)	(10.372.725)
Outras despesas comerciais	(259.267)	(4.339.804)
Total das Despesas Comerciais	(69.766.273)	(67.936.860)

ADMINISTRATIVAS	2022	2021
Pessoal	(46.161.286)	(53.880.323)
Material	(1.178.607)	(804.323)
Serviços de Terceiros	(21.689.350)	(11.349.406)
Depreciação	(3.969.154)	(5.019.076)
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	(7.309.969)	(11.270.934)
Outras despesas administrativas	(4.857.014)	(6.401.338)
Total das Despesas Administrativas	(85.165.380)	(88.725.399)

FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	2022	2021
Taxa pelo uso da água	(1.926.378)	(1.868.218)
Taxa agência reguladora	(2.879.168)	(2.878.977)
Outros impostos e taxas	(750.179)	(346.152)
Total das Despesas Fiscais e Tributárias	(5.555.725)	(5.093.347)

OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	2022	2021
Resgates Judiciais	1.701.956	1.854.965
Venda de Ativos	-	1.884.627
Recuperação de perdas de créditos	-	12.400.563
Reconsolidação parcelamento	-	-
Outras despesas (receitas)	(91.282)	(92.881)
Total das Outras Despesas (Receitas)	1.610.674	16.047.274

Aracaju/SE, 31 de Dezembro de 2022.

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor-Presidente

José Gabriel Almeida de Campos
Dir. De Meio Ambiente e Expansão

Fabiola Julisse Mendes Medeiros
Dir. Comercial Financeiro

Ricardo Pereira Simões dos Reis
Diretor de Gestão Corporativa

Carlos Anderson Silveira Pedreira
Diretor de Operações

Thiago Figueiredo de Almeida Lima
Contador - CRC/SE 7175-O